



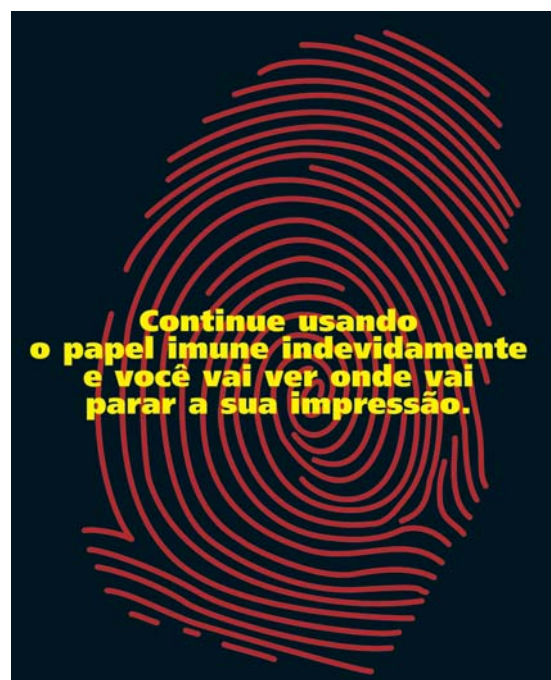
Sindigraf^{RS}



Notícias

Papel imune fiscalizado

No final de 2006, a Receita Federal intensificou a fiscalização às gráficas que utilizam de forma irregular o papel imune. Embora a Receita Federal não divulgue dados, o número de empresas multadas é alto, segundo estimativa dos sindicatos regionais. Aqui no Estado, a fiscalização vem sendo rigorosa com aqueles que não estão operando de forma correta



Divulgação Abigraf Nacional

PÁGINA **07**

AO EMPRESÁRIO

Atualize-se sobre como encaminhar a sucessão na diretoria de sua empresa, seja ela familiar ou não

PÁGINA **08**

ASSOCIADA

Saiba mais sobre a história da Rota Indústria Gráfica, de Estrela, que vem crescendo no Vale do Taquari

Ano novo repleto de ações

Patrícia Paes



O período que se inicia promete muitos desafios para o setor, e as entidades estão prontas a auxiliar os associados na realização de suas metas. Continuamos apostando na capacitação das empresas e, para isso, renovamos a parceria com o Sebrae-RS, oferecendo vários cursos, além dos

módulos das oficinas gerenciais para os empresários. Também intensificaremos nossa atuação junto ao Senai-RS para qualificar colaboradores nas mais diversas áreas. As atividades irão ocorrer na capital e no interior. Iniciaremos os trabalhos da Escola de Vendas, melhorando as negociações com os clientes.

Os desafios não param por aí. A aprovação da Lei Geral, conhecida como SuperSimples, traria facilidades para os pequenos. Contudo, o enquadramento da indústria gráfica como prestadora de serviços, integrando a faixa de maiores alíquotas, praticamente inviabiliza o trabalho. Temos participado de diversas reuniões, juntamente com representantes da Fiergs, CNI e Abigraf Nacional, para “descomplicar” o texto da lei e prestar os melhores esclarecimentos aos gráficos. Antes de tomarmos alguma medida, no entanto, disponibilizamos no nosso site um simulador, no qual o empresário pode testar a melhor forma de enquadramento.

Neste ano, a fiscalização das gráficas que utilizam papel imune será reforçada, conforme mostra a matéria de capa desta edição. O Sindigraf-RS e a Abigraf-RS sempre alertaram sobre a importância de cumprir a lei, pois o uso indevido desse papel está desestruturando o setor. O mau gráfico não utiliza o produto para os devidos fins, prejudicando seus colegas e afetando seus clientes – que ficam com um passivo fiscal futuro. Uma cartilha, entregue aos associados e disponibilizada no site, palestras e diversas ações já foram tomadas para esclarecer a situação. Quem está em desacordo com a lei não deve procurar apoio nas entidades: nosso dever é defender aqueles que estão em situação regular. Cabe a cada um arcar com as consequências de seus atos.

Carlos Evandro Alves da Silva
Presidente

Convenção Coletiva de Trabalho

A partir de 1º de abril, iniciam-se as negociações de revisão da Convenção Coletiva de Trabalho dos colaboradores das indústrias gráficas da base territorial do Sindigraf-RS. É importante lembrar, no entanto, que o mês anterior à Convenção é considerado período “vermelho” para demissões. De acordo com o artigo 9º da lei 7238/84, “o empregado dispensado sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data de sua correção salarial, terá direito à indenização adicional equivalente a um salário mensal, seja ele optante ou não pelo FGTS”. Isso significa que os empregados afastados entre os dias 1º e 31 de março terão direito à indenização. Fique atento.

Sebrae amplia investimentos no setor

Este ano promete para o setor gráfico em termos de capacitação. Depois de dois anos de parceria bem-sucedida com as entidades representativas do setor, o Sebrae Região Metropolitana irá lançar um projeto setorial específico para o segmento. De acordo com a gestora do programa, Ana Paula Rezende,

a intenção é capacitar as empresas gráficas da região Metropolitana por meio de treinamentos e consultorias, especialmente nas áreas de gestão, tecnologia e meio ambiente. Atualmente, o Sindigraf-RS conta com 700 micro e pequenas empresas filiadas em Porto Alegre e arredores.

Feira reúne indústria gráfica

Acontece, entre os dias 27 e 31 de março, mais uma edição da Feira Internacional de Papel e Indústria Gráfica (Fiepag). Realizado desde 1967, esse é o evento oficial da Confederación Latinoamericana de la Industria Gráfica (Conlatingraf), e tem como alvo gráficas de todos os portes.

Nesta edição, a expectativa de público é de 55 mil pessoas, entre compradores e profissionais do setor, que devem vir de diversas partes do mundo. A feira abrange, entre outros setores gráficos, pré-impressão, offset, serigrafia, etiquetas e acabamento. O evento ocorre no Pavilhão de Exposições do Anhembi, em São Paulo. Mais informações no site www.fiepag.com.br.

Atenção: Não haverá expediente em 19 de fevereiro, em função de compensação do banco de horas dos funcionários das entidades.

**SUCESSO É SABER QUE
ESTAMOS POR TRÁS
DO SORRISO DO SEU CLIENTE.**

Trimm: 0800 558544

www.ksronline.com.br

Porto Alegre: (51) 3337 3855

KSR

Papéis e Produtos Gráficos

Confraternizações e homenagem

No dia 19 de dezembro, o Sindigraf-RS e a Abigraf-RS encerraram as atividades do ano com uma noite movimentada. Aproveitando a realização de suas assembléias gerais ordinárias, as entidades promoveram uma homenagem ao empresário gráfico Arthur Alfredo Pietzsch, proprietário da Ciclo Gráfica (foto abaixo, ao lado do vice-presidente

agradecimento aos patrocinadores do ano passado. "Temos bastante retorno, uma vez que procuramos um relacionamento muito próximo com todos os empresários do segmento", comenta Ney Alfredo da Silva, da KSR, que renovou o plano de patrocínio com as entidades. André Tulini, da Pré-Press, que também já garantiu o apoio para 2007, conta que é o quarto ano consecutivo que patrocinam: "Continuamos investindo por acreditar na Abigraf-RS e no Sindigraf-RS, no trabalho de desenvolvimento das empresas gráficas do RS". Segundo Fernando Magalhães, da Heidelberg, a empresa patrocina o setor há mais de oito anos e os resultados são positivos: "O contato que temos com o gráfico é muito importante para nós. Patrocinamos porque o empresário gráfico estando bem, nós também estamos". Além da KSR, da Pré-Press e da Heidelberg, a Alphaprint e a ANS



Fotos: Divulgação/Sindigraf-RS

também firmaram até o dia 15 de janeiro o apoio à indústria gráfica por meio do patrocínio das entidades. A noite encerrou-se com um jantar de confraternização, servido no restaurante do Hotel Deville.



Luiz Carlos Pagano Gasperini e do presidente Carlos Evandro Alves da Silva). Pietzsch foi homenageado em função dos 75 anos trabalhados em prol da indústria gráfica do Estado e também do auxílio ao desenvolvimento das entidades. Mais tarde, foi apresentado aos fornecedores presentes o plano de patrocínio 2007, junto a um



Alterações na nota fiscal

Desde o dia 28 de janeiro, as empresas gráficas da capital que trabalham com emissão de notas fiscais terão que imprimir alterações quanto à data de validade no documento. Pelo novo texto do Decreto 15.416, publicado no Diário Oficial de Porto Alegre em 28/12/2006, as notas fiscais devem apresentar a inscrição

"Data Limite para Emissão: dd/mm/aa". O texto deve ser impresso em fonte tamanho oito, caixa alta e negrito. Informações e esclarecimentos podem ser obtidos junto à Secretaria Municipal da Fazenda, pelo telefone (51) 3289-1000, ou no endereço Avenida Siqueira Campos, 1300 – 4º andar.



Patrocinadores 2007



Responsabilidade por dívidas da empresa

Eduardo Plastina Advogado Tributarista

Nos últimos meses, têm aumentado os questionamentos a respeito da responsabilidade dos diretores, sócios e gerentes sobre os débitos tributários das empresas. O assunto, efetivamente, merece destaque, não apenas pelas implicações que pode gerar para o cotidiano dos empresários cujas empresas possuem débitos fiscais, como também por estar, ainda hoje, cercado por diversos mitos.

A primeira observação que deve ser feita é de caráter elementar: a responsabilidade pelos débitos tributários da pessoa jurídica é sempre da própria empresa. A responsabilização recai so-

bre os administradores apenas em casos excepcionais, os quais, por seu turno, encontram-se previstos no Código Tributário Nacional. Esse determina que os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto.

A leitura do mencionado dispositivo legal permite, de partida, duas conclusões: a primeira, que a responsabilidade em questão não é necessariamente do sócio, mas, sim, do diretor ou geren-

te, isto é, da pessoa física que, independentemente de participar da sociedade, tem função de comando e decisão; e a segunda, que os diretores, gerentes ou representantes não podem ser responsabilizados por qualquer obrigação tributária, mas tão-somente por aquelas havidas a partir de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto.

A responsabilização do administrador, portanto, não é consequência direta do inadimplemento da dívida tributária por parte da empresa, mas decorrencia de eventos específicos e excepcionais, os quais exigem, por isso mesmo, comprovação prévia pelo Fisco.

Cipa e prevenção de acidentes

Benôni Rossi Advogado Trabalhista

Uma das grandes preocupações atuais do poder judiciário e dos órgãos de fiscalização das relações de emprego é a segurança e a saúde do trabalhador no ambiente de trabalho. Uma das ferramentas essenciais para a prevenção de acidentes e doenças é a denominada Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

A necessidade de constituição da Cipa e o seu número de integrantes estão relacionados com o grau de risco da empresa e com o número de empregados. A comissão tem como objetivo principal a prevenção de acidentes do trabalho e doenças profissionais decorrentes do mesmo. Para constituição da Cipa, devem ser observadas as

disposições constantes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na NR 5 da Portaria nº 3214/78.

O artigo 164 da CLT estabelece que a Cipa necessita ser composta por representantes da empresa e dos empregados. Na comissão, sempre deve haver igualdade numérica de representantes dos trabalhadores e do empregador. Os representantes do empregador são designados pela própria empresa. Os representantes dos empregados, por outro lado, devem ser eleitos em escrutínio secreto, gozando estes de estabilidade no emprego. As eleições para escolha dos membros representantes dos empregados que irão integrar a Cipa são convocadas pela empresa. Deve ser constituída uma

Comissão Eleitoral para coordenação do processo eleitoral.

A Cipa deve ter reuniões mensais, realizadas durante o expediente normal de trabalho, com atas que registrem os assuntos discutidos e que contenham a assinatura dos presentes.

Estas são considerações gerais sobre o tema. Não se deve resistir ao trabalho das Cipas, pois elas asseguram ao empregado um ambiente seguro e confortável para o desempenho de suas funções. Este tema é de interesse comum, principalmente dos empregadores, que, apoiando o trabalho da comissão de prevenção, acabam eliminando diversos fatores de risco na empresa e evitando passivos inerentes ao exercício da atividade empresarial.

A hora da verdade

Em todo o Brasil, as equipes de fiscalização da Receita Federal vêm autuando diversas empresas por uso irregular de papel imune. O processo está se iniciando no estado, e promete ser rigoroso

NOSSO FUTURO

Novos contratos, antigos hábitos

Chega o início de mais um ano e as velhas concorrências se apresentam. É hora de renovar contratos e, como sabemos que

ganhamos por pouco de um ou outro concorrente, tomamos cuidado em não alterarmos nossos custos. Assim, consultamos valores aplicados no contrato anterior, atualizamos os sistemas de cálculos, alteramos a produtividade de equipamentos, apertamos "aqui e ali" e pronto, temos os novos valores para uma possível renovação de contrato.

É incrível como, a cada ano, os valores de nossos produtos caem, sendo possível concluir que, se continuarmos assim, em dez anos estaremos oferecendo trabalhos gratuitamente a nossos clientes. Como podemos fazer para que os custos se tornem cada vez mais baixos?

Esta é a busca constante. Ávidos por mais trabalhos, não notamos que o mercado continua o mesmo e até menor: nossos vendedores sinalizam nossos altos preços e nossos prazos apertados.

Como conseguimos baixar os preços ainda é uma incógnita, mas continuamos na luta. Agora, novas estratégias são necessárias e velhos hábitos terão que ser abandonados. Poderemos nós, gráficos, um dia nos reunirmos e debatermos a crise por que passa o setor? Soube que já existem grupos de empresas se reunindo para tomarem ações em rede; espero que seja esta uma nova saída para um ramo de atividades tão sem iniciativas inovadoras.

Eloi Santos de Farias, 2º Secretário do Sindigraf-RS

Divulgação Abigraf Nacional

O papel é imune.



Sua gráfica não.

Em 2006, teve início em todo o país a fiscalização das empresas gráficas que utilizam papel imune em seus processos. O produto, também conhecido como papel linha d'água, tem regime especial de tributação quando usado na confecção de livros e periódicos. O que ocorre, muitas vezes, é o desvio da matéria-prima para outros fins. Agora, essa prática vem sendo coibida pela Receita Federal. Segundo Mário César Camargo, presidente da Abigraf Nacional, há um número considerável de empresas operando de forma irregular. "Parece que as pessoas acreditaram que nada iria acontecer, mas as multas que vêm sendo aplicadas são milionárias, praticamente inviabilizando a permanência dessas empresas no mercado", conta.

Somente no Distrito Federal, mais de 100 empresas entraram em contato com o sindicato local relatando ações incisivas da Receita, como atos de infração e até penhora de bens. "Passamos mais de um ano discutindo com assessores jurídicos a situação, mas não há defesa para essas gráficas", comenta Antônio Eustáquio de Oliveira, presidente do Sindigraf-DF. Em Santa Catarina, o quadro é parecido. "O número de gráficas punidas é

tal que a venda de papel imune já caiu 70% no estado", comenta o presidente da Abigraf-SC, Vítor Mário Zanetti. Ele salienta que, ao adotar essa postura, as gráficas praticam concorrência desleal e transferem o ônus para o cliente. "Quem não fez o dever de casa deve sofrer as consequências", acredita Zanetti. No Rio Grande do Sul, a fiscalização está apenas começando, mas promete ser tão rigorosa quanto nos demais estados. As entidades gaúchas vêm realizando, desde 2002, ações de conscientização das empresas filiadas sobre os danos do uso irregular do produto e as possíveis punições para quem o faz. Dessa forma, tanto a Abigraf-RS quanto o Sindigraf-RS esperam que os empresários gaúchos estejam conscientes das consequências e não utilizem papel imune de forma irregular, evitando problemas futuros.

AMPLIE AS VENDAS DE SUA GRÁFICA!

Consulte outros materiais. Atendemos todo o Brasil.

Acesse tabela completa no site:

www.ans.com.br/cadastro

CARTÕES DE VISITA
1000 UNIDADES
8,5X 4,7cm - 4X4 cores - Papel Sub-250g
Laminação Brilho Frente

consulte site

MAGNETOS
1000 UNIDADES
4 cores - todo montado - Laminação Brilho
20 cm

consulte site

FOLHETO 10X15
5000 UNIDADES
4X4 cores - 10x15cm - Papel Couché Brilho 115g

consulte site

ans

Gráfica | Fotolito Digital

3024.2009

central de atendimento (51)

Responsabilidade sócio-ambiental

Heloise Lunardi Coutinho Engenheira Civil - Consultora de Meio Ambiente/Qualidade

A cada dia, os consumidores estão exigindo mais empresas que se preocupem com as questões sócio-ambientais. Nossas gráficas devem cada vez mais enxergar a importância de investirem nesta área, levando em conta os mais diversos aspectos: econômico, jurídico e técnico. Também é preciso considerar a melhoria da imagem da sua empresa.

Além do atendimento às legislações Ambiental, Trabalhista e Fiscal, podemos fazer muito mais. Temos ações proativas e não apenas reativas. O nosso planeta precisa cada vez mais de consciência ambiental para podermos continuar a existir.

Com o passar dos anos, a situação ambiental do nosso planeta vem se

deteriorando, e precisamos urgentemente pensar nisto. As ações iniciais devem vir da alta direção das empresas, que, juntamente com seus colaboradores, fornecedores e parceiros, podem fazer o melhor. Não devemos só pensar nos custos iniciais, achando que estamos gastando mais e desconsiderando os custos atuais do que não está sendo feito corretamente e custos futuros oriundos de multas, contaminações a serem remediadas com valores extremamente elevados, minimizando o passivo ambiental das empresas.

Os empresários gráficos não podem esquecer que, se fizerem um trabalho de produção mais limpa em suas empresas, podem minimizar custos e

contribuir em muito com o meio ambiente, a saúde dos trabalhadores e a organização das suas empresas, o que acaba revertendo em benefício econômico também.

Outra questão é a contribuição, mínima que seja, dependendo do porte da empresa, nas questões sociais. Colaboradores fazendo ações voluntárias, empresas promovendo campanhas para arrecadação de agasalhos e alimentos, além de outras em datas comemorativas, impressão de materiais gráficos para auxílio a instituições carentes que necessitam da nossa ajuda, promoção de eventos junto à comunidade são algumas das muitas outras ações que podem ser organizadas pelas empresas.

Quando pagar insalubridade aos funcionários?

Gerson Gomes Fossati Engenheiro de Segurança do Trabalho

Esta é a principal pergunta que surge na cabeça do empresário quando contrata um trabalhador para operar uma máquina offset ou atuar em serigrafia ou atividades semelhantes.

Normalmente, este empresário recorre ao seu contador para obter uma resposta. Porém esta resposta nem sempre é a correta.

Para resolver esta questão é necessário um laudo técnico assinado por um engenheiro de segurança do trabalho. Neste laudo, o engenheiro deve concluir claramente, para cada função, se a atividade do trabalhador é insalubre ou não. O Ministério do Trabalho e Emprego estabelece que só deve receber o adicional de insalubridade o

trabalhador que estiver em contato com algum agente de risco.

Os agentes de risco são de natureza física, química ou biológica. E, na indústria gráfica, os principais riscos são o ruído das máquinas e os produtos químicos utilizados nos processos de impressão. Se o trabalhador fizer contato manual com estes produtos químicos ou trabalhar perto de uma máquina muito ruidosa, este terá direito ao adicional de insalubridade. Porém, e isto é muito importante, a legislação brasileira faculta às empresas protegerem os trabalhadores. Desta forma, não há necessidade de pagamento do adicional de insalubridade.

Portanto, é de extrema valia para uma empresa possuir um laudo técnico,

acompanhado de um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). O PPRA é um levantamento realizado na empresa, pelo engenheiro, com o objetivo de elencar todas as possíveis causas de acidentes e todos os agentes de risco insalubres. Após identificados todos estes riscos, o engenheiro oferece ao empresário soluções para melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida de seus funcionários.

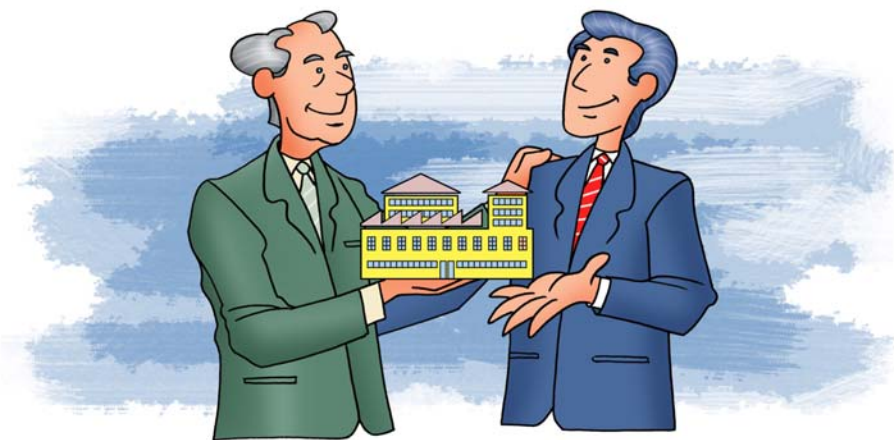
Com estes dispositivos, a empresa poderá proteger melhor seu trabalhador, evitando expô-lo aos agentes insalubres, prevenindo acidentes de trabalho e diminuindo a quantidade de faltas por motivo de doenças relacionadas ao trabalho.

Trocando o comando

Uma nova fase na vida de todos, principalmente na da empresa. Isso é o que a sucessão empresarial deve representar e, se bem conduzida, os resultados tendem a ser positivos

Existem fases pelas quais todas as empresas passam, e a troca de comando é uma delas. Muito além da aposentadoria do dirigente, a transição de poderes é um momento de abertura de novos rumos, conhecimento de novas idéias e experimentação de diferentes métodos de trabalho. No entanto, a sucessão empresarial é delicada para qualquer empreendimento, seja ele grande ou pequeno.

É importante que todos os participantes do processo entendam que a dificuldade de quem entra é proporcional à de quem sai. A psicóloga e consultora em recursos humanos Suzana Zinner afirma que "entregar a direção de um empreendimento ao qual se dedicou durante um longo tempo de sua vida é muito difícil para qualquer um". Portanto, é necessário que o sucessor tenha atenção especial para com o sucedido, e considere as questões psicológicas do ex-coordenador. "Criar um cargo como conselheiro, por exemplo, mostrará ao ex-gestor que ele ainda faz parte da empresa", assegura Suzana. Além disso, a psicóloga destaca a importância de destinar a quem está saindo um local próprio durante o processo. A escolha do sucessor deve ser feita com cuidado e atenção; características como capacidade e caráter precisam ser observadas. O período de transição dura, em média,



três anos e, antes que este comece, é importante desenvolver um organograma da empresa. "Para evitar conflitos internos, como discussão de salários, é de grande valia construir um esquema que mostre qual a função e a remuneração de cada funcionário."

Ao assumir o cargo, o novo diretor deve perceber que as políticas de gerenciamento eram outras, já absorvidas pelos funcionários, e chamá-los a participar do processo pode ser uma boa idéia. "Se ele quiser chegar impondo seu modo de trabalho, trará problemas a todos. Nesses momentos, a comunicação é imprescindível."

De pai para filho

Suzana conta que é comum em empresas de pequeno e médio portes a troca de poderes entre pais e filhos, e salienta que os primeiros jamais devem obrigar os segundos a

assumirem o cargo. "É aceitável o valor dado por um pai à transição para o filho, porém ele deve observar o interesse do jovem no cargo. Se não estiver disposto, não adianta obrigar. A maior prejudicada será a empresa."

Mais importante é ver uma pessoa capacitada e disposta a abraçar o empreendimento e lutar por ele com vontade e "brilho nos olhos". Na busca por uma gerência de qualidade, algumas empresas familiares estão optando por manter um profissional no comando, enquanto os donos atuam como conselheiros. O dono da empresa não deve encarar esse momento como negativo. "Afinal, é como se fossem férias, ou melhor, aposentadoria." A consultora ainda lembra que a sucessão é necessária e, se bem feita, trará grandes benefícios ao empreendimento como, por exemplo, a oxigenação da própria empresa.



Printmaster PM 52. Custo benefício agora automatizado.

Nosso objetivo: maximizar sua eficiência. Por isso a Printmaster PM 52 tem um margeador compacto com sensores ultrasônicos e o PressControl, um painel de operações com novo design, de fácil controle - a

automação que você precisa. O resultado: um impressionante sistema que ajuda você a ampliar seus negócios com a mesma precisão que você imprime.

Garra e experiência, o segredo do negócio

Para um negócio dar certo, conhecer a atividade é um pré-requisito imprescindível. Por esta razão, a história da Rota Indústria Gráfica não poderia ser diferente. A vasta experiência dos sócios Henrique Purper, João Matias Horn, Décio Bresciani e Paulo Eduardo Kieling no ramo gráfico contribuiu para o sucesso da empresa. Referência em impressões no Vale do Taquari, a Rota está sediada em Estrela e, há cinco anos, disponibiliza serviços diferenciados no segmento de pequenas embalagens, rótulos, etiquetas adesivas, cartelas para blister e skin. O empresário Paulo Kieling lembra o início difícil, em que a ausência de apoio do sistema financeiro quase barrou



Os quatro sócios comemoram o êxito do empreendimento

o sonho dos quatro amigos. "Não bastava ter domínio do empreendimento. As exigências para conseguir uma linha de crédito eram muitas e driblar a burocracia foi um ato heróico", afirma Kieling, que hoje comemora o êxito depois de passados os tempos de turbulência. A inauguração aconteceu em dezembro de 2001, contando com apenas cinco funcionários para suprir as áreas de desenvolvimento de arte,

gerenciamento de arte, acabamento e impressão. "Como a equipe era pequena, 'arregaçamos as mangas' e trabalhamos sem medir esforços. Sempre estivemos atentos a todos os processos de produção." Em 2005, a mudança para uma estrutura com 5 mil metros quadrados representou parte de um projeto ambicioso de crescimento. A expansão também aconteceu no quadro funcional. Atualmente, a gráfica contabiliza 43 funcionários, para atender aproximadamente 50 clientes. "A Rota prima pelo atendimento ágil e pela qualidade. Nos últimos anos, investimos em tecnologia para que o nosso público consumidor obtivesse no final um serviço pleno e satisfatório", conclui Kieling.

Empresas associadas interessadas em ter sua história contada nesta seção podem escrever para sindigraf@tematica-rs.com.br.

Agenda fiscal – Fevereiro de 2007

Imposto/Contribuição	Base de Cálculo	Vencimento	Imposto/Contribuição	Base de Cálculo	Vencimento
IOF	3º decênio 01/2007	5/02	Previdência Social	Contribuinte Individual/Doméstico	15/02
Salário	Folha de pagamento 01/2007	6/02	Parcelamento MP 303/2006	Pgto INSS	16/02
FGTS	Folha de pagamento 01/2007	7/02	DIRF	Dirf Anual ano base 2006	16/02
Minist. do Trabalho - CAGED	Folha de pagamento 01/2007	7/02	Gia Mensal	Vendas abaixo 174.000 UPF	21/02
Sintegra	Mês 01/2007	9/02	Simples	Faturamento 01/2007	21/02
Imp. de Renda na Fonte	Período: de 01/01 a 31/01/2007	9/02	ICMS - Indústria - EPP	Vendas 01/2007	21/02
Previdência Social	Folha de pagamento 01/2007	12/02	Gis mensal	Vendas 01/2007	23/02
ISSQN	Prestação de Serviços 01/2007	12/02	IOF	2º decênio 02/2007	23/02
ICMS - Comércio - EPP	Vendas 01/2007	12/02	Cofins/Pis/CSLL de Terceiros	Período: de 01/02 a 15/02/2007	28/02
Gia Mensal	Vendas acima 174.000 UPF	12/02	Imposto de Renda S/Lucro	Faturamento 01/2007	28/02
IOF	1º decênio 02/2007	14/02	Contribuição Social S/Lucro	Faturamento 01/2007	28/02
COFINS	Faturamento 01/2007	15/02	REFIS/PAES	Faturamento 01/2007	28/02
PIS	Faturamento 01/2007	15/02	Parcelamento MP 303/2006	Pgto SRF E PGFN	28/02
Cofins/Pis/CSLL de Terceiros	Período: de 16/01 a 31/01/2007	15/02	Mensalidade Sindigraf	Bimestral	28/02

Fonte: Assessoria Contábil Antônio Michel P. Miralla

EXPEDIENTE



Grande do Sul e da Associação Brasileira da Indústria Gráfica Regional Rio Grande do Sul

Av. Pernambuco, 2623 – 5º andar – CEP 90240-005
Porto Alegre – RS – Brasil – Fone: (51) 3323-0303
www.sindigraf-rs.com.br – www.abigraf-rs.com.br
sindigraf-rs@sindigraf-rs.com.br
abigraf-rs@abigraf-rs.com.br

Publicação do
Sindicato da Indústria
Gráfica no Rio

Presidente: Carlos Evandro Alves da Silva
Vice-presidente: Luiz Carlos Pagano Gasperini
1º Diretor Secretário: Paulo Roberto Borgatti Coutinho
2º Diretor Secretário (Sindigraf-RS): Eloí Santos de Farias
2º Diretor Secretário (Abigraf-RS): Angelo Garbarski
1º Diretor Tesoureiro: Osni Tadeu dos Santos
2º Diretor Tesoureiro (Sindigraf-RS): Lourival Lopes dos Reis
2º Diretor Tesoureiro (Abigraf-RS): Francisco Alba

Produção e Execução:

temática Fone: (51) 3346-1194
www.tematica-rs.com.br
redacao@tematica-rs.com.br

Edição: Fernanda Reche – MTb 9474, Svendla Chaves – MTb 9698
Chefe de reportagem: Renata Giacobone
Colaboração: Mariana S. Thiago, Patrícia Campello e Francine de Souza
Revisão: www.pos-texto.com.br
Edição de Arte: Sílvio Ribeiro
Pré-impressão – CTP e Impressão: ANS Gráfica e Fotolito Digital Ltda.
Tiragem: 2.000 exemplares